



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 06

MANDATO 2025/2029

Aos cinco dias do mês de março do ano dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se a segunda reunião da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, de vinte e seis de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

2.3 - Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026 - Mapa de Pessoal para 2026; -----

Estavam presentes trinta e dois elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara, Paulo Jorge Esteves Ferreira, os/as senhores/as vereadores/as Ana Maria Martins Rodrigues, Orlando Gaspar Rodrigues, Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima, Hélio Fernando da Silva Rebelo, Patrícia Raquel de Oliveira Lourenço, Ângela Alexandra Vieira Bragança, Rui João da Silva Marques e Rui Fernando Marques da Silva. -----

Verificou-se a substituição, ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal António Pedro Pinto Ribeiro Pimenta Rolão, Clife Martim Dias Murtinheira de Lima, José António Ribeiro de Carvalho, Madalena Sofia Alves de Oliveira e Miguel António Pereira de Oliveira tendo sido substituídos, respetivamente, por Ricardo Miguel Almeida Mendes, Ricardo José Almeida Soares, Andreia Filipa Barbosa Pacheco Madeira, Pedro Miguel Bouça Fernandes e Bruno Miguel Bessa Ascensão. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, deu início à sessão. -----

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, **António Joaquim Queijo Barbosa**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à discussão o ponto 2.3 - Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026 - Mapa de Pessoal para 2026. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, disse que estavam a discutir e a votar o primeiro orçamento de um novo ciclo de governação autárquica em Valongo. Um ciclo que assumiu, desde a primeira hora, que Valongo não pode parar e que as Pessoas estarão no centro da decisão política. ----
Significa isto que, por um lado, este orçamento dá continuidade a um conjunto alargado de projetos, obras e iniciativas que, ao longo dos últimos 12 anos, alavancaram uma mudança positiva em Valongo, reconhecida democraticamente nas últimas eleições autárquicas. Por outro lado, fazer das Pessoas uma prioridade será cumprir os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral e tomar decisões que sejam verdadeiramente impactantes no seu dia-a-dia. -----

É por isso que este é mais do que o primeiro orçamento do mandato; é, na verdade, um orçamento para o mandato, desde logo porque nele estão refletidos todos os compromissos que estabelecemos com os cidadãos e, com isso, fica claro para todos e para todas o nosso rumo, de forma ambiciosa, mas responsável, rigorosa e realista. -----

Ao contrário do que aconteceu há 12 anos, não herdamos uma Câmara falida, mas uma Câmara com uma dinâmica de investimento assinalável. Revisitando os números, em 2013, tivemos um orçamento de 30M e um Plano Plurianual de Investimentos de pouco mais de 1M. Em 2026, estamos perante um orçamento de 120M e um PPI de 45,5M, sendo certo que a primeira missão deste novo ciclo é, obviamente, executar todo o investimento que está em curso e, claro, promover a concretização do investimento previsto e/ou programado. -----

Falamos da requalificação das escolas ao abrigo do Programa Escolas (como a de S. Lourenço, Alfena, D. António Ferreira Gomes, Sobrado, Campo, 2.ª fase da Secundária de Ermesinde) e das que têm orçamento definido como a Secundária de Valongo (Pavilhão), Carvalhal, Gandra, Bela, Valado, Cabeda e Mirante Sonhos. -----

Falamos da construção de Centros de Saúde em Sobrado e em Ermesinde, que já estão em andamento e que, mais breve do que tarde, ficarão ao serviço das Pessoas. -----

Falamos da conclusão da reabilitação em vários empreendimentos de habitação social, da previsão de construção de novos empreendimentos e, ainda, da prioridade dada também à classe média, aquela que trabalha, paga os seus impostos, não tem acesso a apoios sociais, mas não consegue pagar uma casa! Fazer face à vulnerabilidade é mesmo um compromisso inabalável para o PS, pelo que assinalamos a manutenção de medidas na área social como o Plano de Emergência Apoio Alimentar e o Fundo de Emergência Social. -----

É também a pensar nas famílias e no papel redistributivo dos impostos, isto é, que estes são devolvidos às pessoas em respostas concretas às suas necessidades, que se assume uma nova prioridade, como o aumento das vagas em creche, ou um novo impulso para o programa de férias escolares, Tok'A Mexer, de modo a dar resposta a mais crianças e jovens. A educação é, aliás, a área que consome a fatia mais significativa do orçamento. Em obras, atividades extracurriculares, refeições, reforço de assistentes operacionais, técnicos especializados ao serviço das escolas. Não é despesa, é investimento. Nem sempre é palpável, nem sempre é visível, os seus resultados por vezes até são difíceis de medir e, pior, só são mensuráveis bem depois do período em que o dinheiro foi gasto. Mas, ainda, assim, não é despesa, é investimento no presente e no futuro destas gerações. -----

Voltando ao aumento de vagas, este é, de facto, o sinal mais evidente do sucesso das respostas inovadoras que Valongo soube criar nos últimos anos. E os seniores não são exceção: a lista de espera para o ASA justifica que haja uma aposta no aumento do número de vagas de forma a abranger mais pessoas, sem esquecer que o envelhecimento ativo não dispensa a criação de respostas igualmente inovadoras de combate à solidão, ao isolamento e à diminuição da autonomia, como as residências colaborativas. Envelhecer, nos dias de hoje, é um conceito muito mais diverso e Valongo inscreve essa consciência e esse compromisso neste orçamento. -----

É verdade que, quando temos muitas necessidades quotidianas e o dinheiro parece não chegar para tudo - porque não estica -, o mais fácil é olhar para a Cultura como um luxo e, assim, fazer dela o parente pobre de um orçamento. É assim em todo o lado e é assim porque é aquilo que se torna mais consensual entre quem governa e quem se opõe. Mas Valongo foi palco de uma verdadeira transformação cultural nos últimos anos. Deu forma à identidade do concelho e das suas freguesias, materializou-a em edifícios e em eventos que mobilizam o tecido associativo e económico. Respondeu à diversidade de públicos, com uma oferta eclética e acessível. Não poderíamos aceitar recuos nesta matéria, apenas somar avanços, como por exemplo um maior apoio no estímulo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

às associações culturais e, também, desportivas. Desporto, área que também vê contemplada a necessária requalificação dos espaços desportivos existentes, como pavilhões gimnodesportivos e estádios municipais. -----

Na primeira Assembleia Municipal sem o nosso colega Armando Baltazar, gostaríamos de destacar a visão de que a cultura e o desporto são mais do que património e edificado, são acessibilidade, participação e inclusão. Por isso, congratulamo-nos com a elaboração do Plano Municipal para a Inclusão, mais um passo neste compromisso que o PS tem assumido, com clareza, desde 2013. -----

Numa altura em que também as questões ambientais poderiam facilmente resvalar para uma situação de maior irrelevância face a outras necessidades emergentes, Valongo mantém-se firme neste compromisso verde, alargando ao Rio Ferreira a ambição já em marcha com o Rio Leça. É evidente que isto não é um objetivo que se esgote em 2026. É um objetivo para o presente e para o futuro do território. -----

Gostaríamos, ainda, de assinalar que este Orçamento assume, com coragem, o problema da Mobilidade decorrente de um território com mais pessoas e mais carros. Para isso, contempla medidas que atuam em múltiplas frentes, muitas delas numa perspetiva de longo prazo que, evidentemente, não resolverão os problemas no aqui e agora, ora porque as soluções requerem estudo e planeamento, ora porque a execução leva tempo. Redesenhar a centralidade das freguesias e apostar nas vias de ligação Campo-Valongo-Alfena e Sobrado-Valongo são alguns desses exemplos. Ainda assim, cuidar das estradas existentes deve ser um propósito real e efetivo, uma verdadeira prioridade neste novo ciclo autárquico. -----

Não queremos terminar a nossa intervenção sem fazer referência às Juntas de Freguesia, aquelas que estão ainda mais perto das pessoas e dos seus problemas. Sobre quem pesam, muitas vezes, as maiores expectativas de resultado sem que possam ter as reais capacidades de resposta. Saudamos, por isso, a atualização do valor financeiro transferido para as Juntas de Freguesia, desejando que este seja um indicador de que a Câmara continuará a apostar nas freguesias, vendo-as como parceiras na promoção de um território com mais e melhor qualidade para viver. -----

Este é um orçamento condicionado pelo tanto que Valongo foi capaz de fazer nos últimos anos, por isso é um orçamento que sobretudo encerra capítulos, mas que não esconde para onde quer ir e já escreve uma nova história. Uma história inspirada no sonho e na ambição de elevar Valongo, rumo a um Valongo 2.0. -----

Este Orçamento contará, por isso, com o voto favorável do Partido Socialista.-----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, disse que o Grupo Municipal do Partido Social Democrata procedeu à análise exaustiva, e em conjunto do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para 2026, apresentado pelo executivo municipal. -----

Não obstante tratar-se do primeiro Orçamento do presente mandato, e reconhecendo a importância da estabilidade institucional e do regular funcionamento dos órgãos autárquicos, o PSD entende que tal não pode impedir uma apreciação crítica e rigorosa do conteúdo do documento em votação. -----

E a primeira conclusão que importa afirmar de forma clara, este não é um debate ideológico, é um debate sobre prioridades, sustentabilidade financeira e capacidade real de resposta do município. -----

O executivo apresenta um orçamento como ambicioso, porém, quando analisam os números, encontram uma realidade muito diferente. A receita corrente, aquela que garante o funcionamento diário do Município, passa de cerca de 79.700.000 euros em 2025 para cerca de 81.000.000 euros em 2026, números redondos, uma diferença

de cerca de 1.300.000 euros, o que quer dizer que cresce apenas 1,7%, um crescimento residual e praticamente absorvido pela inflação e pelo aumento inevitável dos custos de funcionamento. -----

Não estão perante um reforço estrutural da capacidade financeira do município, é o que se pode chamar de gestão à vista, sem capacidade de financiar um concelho que se pretende em crescimento. A consequência imediata é que há menor margem para responder a despesas permanentes, tais como manutenção das vias e passeios, limpeza urbana, conservação de espaços verdes, preservação dos equipamentos municipais, etc.. -----

Podem perceber, também, que há uma forte dependência de transferências externas, pois as transferências correntes e de capital representam uma parte muito significativa da receita municipal. O risco é evidente, se houver atraso ou redução nos fundos europeus, há de imediato um bloqueio direto no investimento municipal. -----

Ao mesmo tempo, verificam um facto politicamente relevante, a despesa corrente cai de cerca de 72.900.000 euros em 2025 para cerca de 71.400.000 euros em 2026, diminui cerca de 1,96%, isso significa que existem menos recursos disponíveis para a manutenção urbana, serviços diários e todas as outras respostas às necessidades imediatas da população. -----

Se, por enquanto, se afirma que a prioridade está na proximidade, na manutenção de espaço público, na qualidade de serviço prestado às populações, aquilo que o Orçamento faz é reduzir a margem financeira de funcionamento corrente, precisamente onde vivem essas respostas do dia a dia. -----

Em suma, corta-se num financiamento para financiar investimento, quando o corrente encolhe, o corte não aparece num slogan, aparece nos passeios, nas estradas, nos jardins e na manutenção. -----

Paralelamente, têm uma receita de capital que continua muito elevada, representa 36,59% da receita total, o que quer dizer que há um forte peso de financiamento externo e transferências para investimento, o que pode fazer com que muitas despesas correntes acabem pressionadas, porque o modelo privilegia o investimento financiado. Por outro lado, a despesa de capital aumenta e mantém um peso muito elevado no Orçamento Municipal, passa de cerca de 46.000.000 euros em 2025 para cerca de 48.400.000 euros em 2026, o que quer dizer um crescimento de 5,4%, ou seja, há mais dinheiro canalizado para investimento, o que se encaixa na estratégia já criticada de concentração financeira em projetos de grande dimensão. Uma boa parte dessas verbas são servidas pela rubrica relativa à construção da nova Casa de Democracia Local, tal facto irá conduzir a autarquia ao esgotamento orçamental destinado às funções básicas, impedindo, por isso, o exercício autárquico na sua plenitude. -----

Também, o mapa de pessoal com mais de 29.000.000 euros se verificam opções que suscitam dúvidas legítimas: o crescimento continuado da despesa com pessoal exige transparência, fundamentação clara e coerência estratégica, elementos que não se encontram suficientemente demonstrados. Registam positivamente o reforço das assistentes operacionais para as escolas, mas questionam a criação e mobilidade de diversos técnicos superiores sem explicação inequívoca da sua necessidade funcional. -----

Verifica-se um crescimento da estrutura interna sem evidência proporcional de melhoria de resultados visíveis para a população. -----

Uma outra questão que gera alguma preocupação, a empresa intermunicipal dos STCP que o município de Valongo integra, o modelo intermunicipal e, como tal, tem uma participação na empresa. É uma empresa com ativos elevados, com um ativo total previsto na ordem de mais de 20.000.0000 euros, com um nível significativo de passivo total de mais de 67.000.000 euros, ninguém aqui questiona a importância do transporte público nem o papel dos STCP, mas o próprio documento dos instrumentos provisionais de gestão indica que há riscos associados ao decorrer da atividade da entidade da procura da receita do tarifário, os preços de energia, etc., em situação de desequilíbrio financeiro, os municípios participantes podem ser chamados a aumentar transferências se houver necessidade do reforço financeiro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Assim, o esforço é distribuído por critérios como, por exemplo, a participação no capital, os STCP identificam riscos relevantes que podem alterar receitas e custos, já em 2026, importa então saber a provisão financeira que o município tem previsto, caso seja necessário reforçar as compensações financeiras. Ou seja, o problema não é a empresa STCP, é saber se o município está preparado financeiramente para absorver riscos que a própria STCP já identifica. -----

Estão certos de que o executivo conseguirá fazer face a esse percalço, dado que um dos atuais vogais executivos que integram a nova direção da referida entidade foi Presidente desta entidade, e conhece bem as suas dificuldades orçamentais. -----

Por fim, importa referir o processo de transferência de competências para as juntas de freguesia. Após reunir com os presidentes de junta, auscultando as suas reais necessidades e dificuldades, o PSD reafirma que as autarquias locais, enquanto agentes de proximidade, devem ser encarados como verdadeiros braços operacionais da Câmara Municipal. Para que tal seja possível, é indispensável que a transferência de competências seja acompanhada de uma dotação financeira adequada, compatível com a qualidade de exigência das funções a desempenhar as suas competências, de forma mais eficaz. -----

O Orçamento levanta, ainda, uma preocupação adicional, investir hoje gera custos amanhã, cada novo equipamento exige manutenção, energia, limpeza e recursos humanos e com uma receita corrente praticamente estagnada, o município arrisca a criar mais despesa futura, sem garantir músculo financeiro para a sustentar. ----

Contudo, reconhecem o contexto institucional existente e entendem que a rejeição do Orçamento poderia gerar um cenário de instabilidade que, neste momento, não serviria aos interesses do município. Por essa razão, o Grupo Municipal do PSD opta pela abstenção, mas importa que fique claro que, a abstenção não é um voto de confiança, é um voto de responsabilidade institucional. -----

A partir deste momento, a execução do orçamento é uma responsabilidade política exclusiva do executivo, em particular dos vereadores que têm pelouros, cada falha na manutenção de espaço público, cada atraso na resposta às freguesias, cada desequilíbrio financeiro que venha a surgir, terá um responsável político, claro. ----

O PSD fará aquilo que lhe compete fiscalizar com rigor, exigir resultados e garantir que a propaganda nunca substitui a realidade sentida pelas pessoas. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que a CDU manifesta a sua abstenção na votação do Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos para 2026. -----

Reconhecem que a proposta apresentada contempla medidas positivas para o concelho, nomeadamente nas áreas da educação, da habitação, da saúde e das creches. No entanto, apesar da relevância e do potencial destas medidas, subsistem fundadas dúvidas quanto à sua efetiva concretização. -----

A experiência de anos anteriores demonstra que diversos orçamentos incluíram obras e investimentos que acabaram por não se materializar. É neste contexto que a CDU opta pela abstenção: uma posição que permite viabilizar o Orçamento, mas que não deixa de expressar reservas quanto à concretização de prioridades estruturais essenciais, como a defesa do direito à habitação e a requalificação das escolas. -----

A defesa do direito à habitação exige mais do que intenções. Exige a concretização de investimentos há muito anunciados, o combate à especulação imobiliária, a melhoria das condições do parque habitacional municipal e a aposta numa verdadeira política de habitação pública a custos controlados. -----

Também no que respeita às escolas, é indispensável garantir a execução das obras de requalificação previstas. Estas intervenções são determinantes para assegurar condições dignas de ensino, bem como a segurança e o bem-estar de alunos, professores e restantes profissionais da comunidade educativa. -----

A abstenção da CDU não representa uma rejeição das medidas anunciadas, mas antes uma avaliação crítica e responsável da sua concretização. Reafirmamos, por isso, a necessidade de um acompanhamento rigoroso e da exigência de responsabilidades quanto à execução dos investimentos fundamentais para o concelho. -----

Reconhecemos igualmente que o Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos são da responsabilidade da força política que preside à Câmara Municipal. Ainda assim, consideramos que existem áreas essenciais da vida municipal que continuam a não merecer a atenção e o compromisso que exigem. -----

Desde logo, na mobilidade e nos transportes públicos, é necessário preparar o caminho para que, no final da concessão, a STCP assuma integralmente a operação da rede no concelho. É igualmente urgente resolver a situação dos abrigos de paragens, garantir a reposição do bilhete de reformado a preço reduzido e assegurar uma fiscalização rigorosa da operação da rede UNIR. -----

No plano do movimento associativo e popular, é fundamental reforçar o apoio às coletividades e investir na criação e qualificação de equipamentos e espaços públicos de acesso livre, que promovam a prática desportiva e a fruição coletiva. -----

Relativamente aos trabalhadores da autarquia, é imperativo melhorar as suas condições de trabalho, assegurando a aplicação da opção gestionária, a atribuição do Suplemento de Penosidade e Insalubridade pelo nível máximo a todos os trabalhadores legalmente abrangidos, a melhoria das instalações e a disponibilização de equipamentos de proteção individual adequados. -----

Importa ainda sublinhar que, apesar do aumento significativo das responsabilidades decorrentes da transferência de competências para as autarquias, o reforço de trabalhadores — em particular de assistentes operacionais — é claramente insuficiente. O mapa de pessoal prevê a extinção de 84 postos de trabalho e a criação de 60 novos, resultando num saldo negativo global. Mais preocupante ainda, destes 60 novos postos, apenas 32 correspondem a assistentes operacionais, precisamente os trabalhadores que asseguram funções essenciais ao funcionamento das escolas, dos serviços e dos equipamentos municipais. Esta opção não responde às necessidades reais do município nem garante a capacidade de assegurar, com qualidade, as novas competências assumidas. -----

Acresce que, dos 1.395 postos de trabalho existentes no município, apenas 80 trabalhadores — cerca de 5,7% — recebem atualmente o Suplemento de Penosidade e Insalubridade. Este facto evidencia a necessidade urgente de corrigir esta situação e de valorizar quem, diariamente, garante o funcionamento dos serviços públicos e o apoio às populações. -----

Por todas estas razões, a CDU regista a sua abstenção, reafirmando o seu compromisso com a defesa dos interesses das populações e esperando que estas áreas prioritárias sejam acompanhadas com rigor e que se assegure, finalmente, a execução efetiva dos investimentos e medidas que o concelho de Valongo necessita e merece. -----

O Membro do Grupo Municipal da IL, **Luís Filipe Rodrigues Rebelo**, disse que o Orçamento Municipal é o documento político mais importante, porque é nele que se transformam as prioridades políticas em números e decisões que têm impacto direto na vida dos munícipes. -----

A Iniciativa Liberal analisou o Orçamento com rigor técnico e com sentido de responsabilidade. O orçamento de 2026 apresenta um montante global de cerca de 120.000.000 euros, mantendo uma estrutura financeira relativamente equilibrada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A receita corrente representa 63.41% do total, enquanto a receita de capital representa 36.59%. Do lado da despesa, 59.6% que corresponde à despesa corrente e 40.4% à despesa de capital, o que demonstra um nível de investimento relevante para um município da dimensão de Valongo. -----

É importante reconhecer que estabilidade financeira não significa deixar de escrutinar as opções políticas que estão por trás desses números, porque um orçamento não se avalia apenas pelo seu equilíbrio financeiro, avalia-se, sobretudo, pela Visão estratégica que apresenta para o futuro do concelho e é precisamente nesse plano que encontram algumas limitações. -----

Desde logo na estrutura da despesa municipal, apesar do esforço de investimento de quase 70% do Orçamento continuar a corresponder à despesa corrente, o que significa que uma parte significativa da capacidade financeira do município permanece comprometida com o funcionamento da estrutura existente. Quanto maior é a fatia, menor é a margem de decisão futura, menos margem para reduzir a carga fiscal, menos margem para responder a novas prioridades e menos margem para enfrentar desafios inesperados. -----

Outro ponto relevante prende-se com a estrutura da receita municipal, uma parte significativa da receita continua dependente de impostos associados ao setor imobiliário, como o IMI e o IMT. Esta dependência, embora comum em muitos municípios representa risco estrutural num contexto económico em mudança. -----

Nesse sentido, gostariam de colocar uma primeira questão ao executivo municipal, que cenários alternativos estão previstos caso a receita do IMT fique abaixo do previsto, num contexto de eventual desaceleração do mercado imobiliário. -----

O Orçamento apresenta um volume significativo de investimento, através das Grandes Opções do Plano, que totalizam 64.000.000 euros, incluindo 45.000.000 de euros no Plano Plurianual de Investimento. Uma parte muito significativa desse investimento está concentrada nas funções sociais, educação, habitação, saúde e políticas sociais, o que revela uma aposta clara nessas áreas. -----

Num contexto de crise habitacional que afeta muitas famílias em Portugal e na Europa, é compreensível que os municípios procurem respostas para essa realidade, mas é importante reconhecer que a habitação pública por si só não resolve o problema estrutural da falta de casas. A verdadeira solução passa por aumentar a oferta de habitação no mercado, facilitar a construção e criar condições para que mais habitação esteja disponível. -----

Por isso, colocam uma segunda questão, que estratégia tem um município para aumentar a oferta de habitação no concelho para além da habitação municipal. -----

Outro ponto que merece atenção prende-se com a origem do financiamento de investimento previsto nas Grandes Opções do Plano, uma parte relevante dos projetos depende da transferência de capital e de projetos cofinanciados, nomeadamente fundos comunitários e programas nacionais. Isso significa que uma parte do investimento municipal está condicionada à aprovação e execução desses financiamentos. -----

Por isso, deixam a seguinte questão, qual é a percentagem do investimento previsto no Plano Plurianual de Investimentos que depende do financiamento externo e quais os projetos que estão condicionados à obtenção desses mesmos financiamentos. -----

Importa referir os compromissos plurianuais assumidos pelo município, nomeadamente no âmbito da municipalização de serviços prestados pelos STCP, que representa encargos anuais na ordem dos 2.500.000 euros. O transporte público é essencial para a mobilidade e para a qualidade de vida dos cidadãos, mas é igualmente fundamental garantir que esses compromissos são sustentáveis no médio prazo. -----

Nesse sentido deixam uma última questão, que avaliação financeira de médio prazo foi feita sobre o impacto cumulativo desses compromissos nas contas municipais. -----

Um orçamento não deve ser avaliado apenas no momento da sua aprovação, deve ser avaliado, sobretudo, na sua execução. Neste sentido, defendem o reforço da transparência na execução do investimento municipal através de três instrumentos simples, um portal público de execução orçamental, relatórios trimestrais de execução das Grandes Opções do Plano e mapas públicos de obras e investimentos municipais. -----

Investir não é apenas anunciar obras, é garantir que elas aconteçam dentro dos prazos e com os resultados concretos, um exemplo que merece particular escrutínio é o projeto da Casa de Democracia Local, cujo investimento previsto já ultrapassa os 20.000.000 euros. Projetos dessa dimensão exigem um acompanhamento técnico e financeiro rigoroso por parte da Assembleia, bem como o reforço de transferência para que os municípios possam ser devidamente esclarecidos quanto ao valor final da empreitada. -----

O Orçamento tem méritos, mas revela limitações claras, não encontraram nele uma estratégia económica clara para o desenvolvimento do concelho; não encontraram uma política fiscal orientada para aliviar a carga sobre as famílias e empresas; não encontram uma reforma estrutural de despesa municipal. Encontramos essencialmente um Orçamento de continuidade. -----

A Iniciativa Liberal acredita que os municípios devem ser mais do que gestores administrativos, devem ser motores de desenvolvimento económico, de criação de oportunidades e de melhoria de vida e qualidade de vida. É essa a ambição que consideram que ainda falta neste momento. -----

Importa afirmar com clareza que o Orçamento não justifica um bloqueio institucional, não apresenta descontrole financeiro nem coloca em causa a sustentabilidade imediata das contas municipais. Por essa razão, a Iniciativa Liberal não votará contra, mas não pode votar favoravelmente um documento que não corresponde às ambições que defendem para o concelho. Por essa razão, votará pela abstenção fundamentada, uma abstenção que reconhece a estabilidade financeira existente, mas que exige maior ambição económica, maior eficiência na despesa pública e maior liberdade fiscal para os municípios. -----

Continuarão atentos, continuarão a escutinar e a trabalhar para que Valongo seja um concelho mais próspero, mais competitivo e com mais oportunidades para todos. -----

A Presidente de Junta da Freguesia de Sobrado, **Ana Paula Cruz Lourenço**, disse que quando tomou posse no dia 29 de outubro de 2025, como Presidente de Junta de Freguesia de Sobrado, encontrou uma realidade que faz questão de descrever com rigor, verdade e total transparência institucional. -----

A Junta de Freguesia não tinha qualquer disponibilidade financeira, não havia um único cêntimo na conta, aliás, nem existia conta durante praticamente um mês, até ao dia 27 de novembro. Tiveram de implorar pelas transferências, pois a sua prioridade absoluta era garantir o cumprimento do pagamento dos vencimentos aos trabalhadores, e cumpriram. Tiveram um mês sem dinheiro, mas nunca falharam com as responsabilidades. -----

Resultaram de um processo de desagregação, que expôs uma situação de profunda desorganização administrativa, na chamada delegação sede/departamento de Sobrado, durante 12 anos não foi estruturado um modelo organizativo sólido, não existia arquivo organizado, nem suporte digital sistematizado, nem procedimentos claros. -----

Tinham os computadores bloqueados a toda a informação da União de Freguesias, o conhecimento sobre a gestão era praticamente inexistente e tiveram de começar do zero, sem dinheiro e sem informação. -----

Os equipamentos não funcionavam, as viaturas não tinham manutenção, as ruas não eram limpas, não existia uma oficina, um armazém ou um espaço digno para os trabalhadores. E como se não bastasse, receberam um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

conjunto de faturas em dívida no valor de 30.000 euros em encargos, que tiveram de assumir e não tinham quaisquer recursos, mas herdaram responsabilidades. Não tinham nada, mas afinal tínhamos dívidas. -----

Receberam uma pasta com registo e comunicações relativos a intervenções nas escolas acumulados desde 2023, sem uma única intervenção. -----

Perante esse cenário arregaçaram as mangas com resiliência, com sentido de missão e, acima de tudo, com amor à terra. Repararam máquinas e viaturas, adquiriram vestuário essencial para os trabalhadores, limpam uma garagem, para criar espaços de apoio às oficinas improvisadas, um local digno. -----

Têm um plano de limpeza da freguesia, arruamentos que não eram intervencionados há anos finalmente limpos, responderam às reclamações dos sobradenses, organizaram serviços, estruturaram procedimentos, começaram a receber as transferências devidas e, com enorme prudência, iniciaram um esforço de poupança para cumprir os compromissos assumidos com os credores da herança recebida. -----

Promoveram atividades dentro das possibilidades, porque a população de Sobrado também merece momentos de convívio, cultura e dinamização. Uma freguesia não vive apenas de contenção, vive também de Esperança. – Analisando o Orçamento apresentado com sentido crítico, mas também com sentido de responsabilidade no que respeita a Sobrado, não existe uma única rubrica claramente identificada como investimento definido e garantido para a freguesia, o que encontram são verbas classificadas como “não definido” e, todos sabem que “não definido” significa dependente de disponibilidade futura. Disponibilidade que, regra geral, nunca chega para concluir as obras já iniciadas, como o Centro de Saúde ou a habitação social do Caldeirão que, não constitui um novo investimento estratégico, constitui a obrigação de terminar o que já estava em curso, a requalificação do antigo. - O campo de Fijós está inscrito na rubrica como “não definido”, a construção de passeios na rua de Santo André está inscrita na rubrica “não definido”. -----

Sobrado precisa de requalificação efetiva das suas ruas e arruamentos, criação de infraestruturas para águas pluviais e escoamento, construção de passeios, nomeadamente em vias estruturantes e junto às pontes, reforço dos equipamentos para manutenção dos jardins, árvores e espaços públicos, requalificação do espaço. Tornar o antigo campo da bola, instalações para os trabalhadores da Junta, a iluminação pública, a ampliação do Cemitério. Apesar do seu voto, será a primeira a reconhecer publicamente, se estiver errada, será a primeira a voltar atrás, a assumir que o executivo fez ou está a fazer mais do que aquilo que está plasmado no Orçamento. -----

Se vir obra, investimento, melhorias concretas e mensuráveis na sua freguesia, saberá reconhecer e assumir publicamente, até dar os parabéns pelo compromisso assumido, mas só se for efetivamente executado. -----

O seu compromisso, em primeiro e último, é com os sobradenses, não é com posições fechadas, nem com protagonismos, é com aqueles que confiaram em si, com aqueles que acreditaram que tem a força e a coragem para lutar pela sua terra, o seu respeito e dedicação pertencem-lhes. -----

Estará sempre disponível para o diálogo institucional sério, para a cooperação construtiva e para soluções equilibradas. Mas nunca deixará de exigir aquilo que Sobrado merece por direito, equidade, investimento e desenvolvimento. Lutará por uma freguesia digna, por uma oportunidade para os jovens, por melhores condições para os trabalhadores e por um Sobrado organizado, cuidado e com futuro. Com firmeza, com responsabilidade e com o coração. -----

O Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, **Arnaldo Pinto Soares**, disse que está ali por Alfena, não por um partido, para defender uma terra. -----

Como já foi dito as juntas de freguesia não têm dinheiro, não têm verbas, têm vontade, na sua freguesia será aquele que para o bem o para o mal dará a cara. -----

Compreende a dificuldade do primeiro orçamento, os últimos anos de mandato são sempre de alguns desmandos que depois têm repercussão no orçamento do primeiro mandato seguinte. -----

Todos têm responsabilidades assumidas, teve uma reunião com o senhor Presidente da Câmara, um minuto, para ele dizer, então vou-me embora porque pensou que ia discutir o orçamento e o senhor Presidente da Câmara apresentou um documento, sobre o qual perguntou se não iam discutir o documento, que não, que era aquilo. --- Resolveu ficar e dizer aquilo a que iam, porque sabiam o que queriam. Estava com todo o seu executivo e acabaram por dizer aquilo a que iam, porque, independentemente de ser aceite ou não tinham de expor aquilo que eram as suas ideias. -----

Depois realizaram uma segunda reunião, a seu pedido, onde disse muito claramente aquilo que pensavam e pretendiam dentro dos condicionalismos existentes, para que Alfena não votasse contra o Orçamento. -----

O Orçamento não tem tudo aquilo que quer, mas nunca terá, quer é ter um Orçamento que perante a população possa dizer que estão a trabalhar, a fazer coisas. -----

Não quer obras de luxo, preocupa-o as ruas em Alfena que são da década de 60/70, entretanto foi feito o saneamento e é água por todo o lado, são autênticas picadas; os passeios que são inexistentes ou em péssimas condições. -----

Não lhe interessa ter a melhor Junta de Freguesia do concelho se os seus fregueses não têm condições, primeiro que haja obra junto das pessoas, depois façam o resto. -----

Como não via no Orçamento nenhuma rubrica para recuperação de vias e arruamentos, e o senhor Presidente da Câmara disse que estava no bolo global, que é a mesma coisa que dizer depois vamos ver. -----

Estão dispostos a abdicar de um conjunto de investimentos que estão propostos, e que as verbas sejam reafetadas a outras obras. -----

Quando falaram que é necessário fazer o Masterplan para o Leça, o senhor Presidente da Câmara está sensível a isso; quando falaram que é necessário o Metro não é eventualmente em Alfena, como ouviu, é preciso o Metro também em Alfena; é preciso trabalhar o Nó do Lombelho, a abolição das portagens, porque Alfena não tem alternativa se não tiver uma via circular externa; é indispensável trabalharem as escolas; se houver dinheiro, a recuperação de uma escola, da única escola, eventualmente do concelho, que não foi recuperada, a Escola Básica do Barreiro. -----

A fraca qualidade das escolas em Alfena é um dos motivos que faz com que os alunos vão para a Maia ou para Santo Tirso. Estão a perder alunos permanentemente para a Maia e para Santo Tirso. -----

Portanto, não é o paraíso que ali falaram. -----

Assim, propunha uma coisa muito simples, um conjunto de obras, um conjunto de obras que olham para o futuro de Alfena. -----

Estão 950 mil euros para a primeira fase do edifício da Junta de Freguesia de Alfena, que no total orçará em 2.2 milhões de euros. Edifício cuja funcionalidade é duvidosa e em termos de custos de funcionamento serão extremamente elevados, e o Orçamento da Junta é pequeno. -----

Assim, se a Câmara concordar, aos 950.000 euros para o novo edifício da Junta retiravam 650.000 euros, e realize-se um novo projeto e, ainda, este ano se dê início à obra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Para a requalificação da piscina municipal tem uma verba de 930.000 euros, na sua opinião será estragar dinheiro, pois o edifício é disfuncional e não tem a melhor localização, deveriam pensar, antes, na construção de um pavilhão gimnodesportivo, piscina municipal e pista de atletismo, bem como estudar a localização, fazer o projeto e para o próximo ano arrancavam com a obra. -----

Depois uma verba de 532.000 euros para uma ciclovia que liga Valongo a Alfena, o que é preciso é uma via que ligue Alfena a Valongo, e que não será prioritário nesta fase. -----

O que está a pedir nem é que aumente a verba para Alfena, mas sim que sejam feitas obras mais pequenas que fazem toda a diferença na vida das pessoas. -----

O Presidente de Junta da Freguesia de Valongo, **Ivo Vale das Neves**, disse que, no âmbito de análise à proposta de Orçamento Municipal, a Junta de Freguesia de Valongo apresentou um conjunto de propostas concretas a este documento. De forma sintética, destacam-se os seguintes pontos essenciais: -----

- Aquisição de terrenos estratégicos para a cidade -----

Foi proposta a aquisição de terrenos situados entre a Ponte da Passagem, o estabelecimento comercial Pingo Doce e a zona por onde passa parte do percurso do corredor ecológico, terrenos esses localizados numa das áreas mais centrais da cidade. -----

Esses terrenos poderiam viabilizar a criação de um grande parque de estacionamento municipal, colmatando a atual carência de estacionamento no centro da cidade. O mesmo espaço permitiria acolher a feira semanal, assegurando uma melhor organização e evitando conflitos com a circulação rodoviária. Acresce que esta área possibilitaria a ampliação do Parque da Cidade, conferindo-lhe maior dimensão e novas valências. -----

Também sugerimos a aquisição da Casa da Família Cruz, situada na Praça Machado dos Santos. Este imóvel está à venda e a sua aquisição permitiria criar um equipamento que fosse dinamizador da praça, o imóvel tem acesso direto aos terrenos anteriormente mencionados, poderia acolher um museu evocativo do hóquei em patins de Valongo, dado que, à época do antigo ringue, era nessa casa que os jogadores se equipavam, poderia ainda servir como um espaço de encontro para os jovens e restantes gerações. -----

Contudo, após a análise da proposta de orçamento, verificou-se que estas sugestões não foram acolhidas pelo Executivo. -----

- Atualização das transferências de competências -----

A proposta apresentada pela Câmara neste documento prevê a verba de 2.540.636 euros, acrescida de 426.983 euros, esta verba é destinada à limpeza de todas as ruas do concelho, à manutenção dos jardins, espaços verdes e taludes. -----

Importa, no entanto, esclarecer de que forma será efetuada a distribuição deste montante pelas freguesias. Embora esta atualização constitua um sinal positivo por parte do Executivo, permanece ainda longe do que seria desejável face às responsabilidades assumidas. -----

A título comparativo, do valor referido, cerca de 1.100.00 euros encontram-se afetos à varredura das ruas, extirpação de ervas e limpezas de sarjetas em todo o concelho. Em contraste, o valor previsto para os contratos de limpeza dos edifícios municipais ascende a 1.131.410 euros (conforme a página 135 – aquisição de serviços de limpeza dos edifícios municipais). -----

Por exemplo, para a limpeza do apeadeiro do Susão, incluindo a zona de estacionamento, o cais e a passagem inferior, a Junta recebe por ano 574 euros, o que corresponde a 47 euros e 83 cêntimos mensais. -----

Senhor Presidente, com este valor não nos é possível manter a dignidade que aquele local e todas as pessoas que o frequentam merecem. -----

Faço aqui a sugestão para que a limpeza do apeadeiro do Susão seja incluída nos vossos contratos de prestação de serviços de limpeza. -----

- Criação de um programa de apoio às Freguesias -----

Outra proposta que apresentámos foi a criação de um programa municipal de apoio direto às freguesias. -----

É normal as Juntas de Freguesia terem a necessidade de realizar investimentos avultados - designadamente em instalações próprias, edifícios-sedes, armazéns, cemitérios e outros espaços ou propriedades sob sua responsabilidade - sem disporem de meios de financiamento adequados. -----

Como é sabido, a Lei das Finanças Locais impõe fortes restrições à capacidade de financiamento das freguesias, quer no acesso a fundos comunitários, quer no recurso a crédito bancário. -----

Nesse sentido, a Câmara Municipal de Valongo poderia assumir um papel inovador, criando uma medida estruturada, regulamentada e transparente, destinada ao apoio a investimentos prioritários em infraestruturas e equipamentos das freguesias. -----

Também esta proposta, contudo, não foi contemplada no presente documento. -----

- Compromisso financeiro assumido para o alargamento do Cemitério -----

Sugerimos a inclusão no orçamento de uma verba entre 250 mil a 300 mil euros para cumprir um compromisso assumido no mandato anterior, entre o então Presidente da Câmara Municipal e a Senhora Presidente da Junta de Freguesia. -----

Este compromisso tinha um objetivo muito claro: -----

Criar as infraestruturas básicas necessárias para o alargamento do cemitério. -----

Importa ainda recordar uma coisa: -----

Esse compromisso foi assumido com pleno conhecimento do atual Presidente da Câmara. -----

Mas quando analisamos o orçamento ... encontramos outra realidade. -----

Na página 95 surge uma rubrica intitulada "Ampliação de cemitérios no concelho", com um valor de 350 mil euros.

Até aqui tudo parecia normal. -----

O problema é o seguinte: -----

Essa rubrica tem financiamento ... zero. -----

Repito: -----

zero euros. -----

Ou seja, aquilo que foi apresentado como compromisso não está verdadeiramente garantido no orçamento. -----

E isto levanta uma questão política muito simples: -----

Que valor tem hoje a palavra dada? -----

Porque aquilo que está aqui em causa não é apenas uma linha num documento. -----

O que está aqui em causa é a confiança nas instituições. -----

É o respeito pelos compromissos assumidos. -----

E é também a continuidade institucional entre mandatos. -----

Na freguesia de Valongo apelamos há anos ao alargamento do Cemitério. -----

Não é um capricho. -----

Não é uma ideia nova. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

É uma necessidade real da população. -----
Foi reconhecida. -----
Foi assumida. -----
Foi prometida. -----
E por isso não podemos esconder a nossa profunda desilusão ao verificar que, afinal, a promessa não tem tradução no orçamento. -----
Houve tempos em que se dizia: -----
“Palavra dada, palavra honrada”. -----
Hoje, infelizmente, parece que a palavra dada já não é honrada. -----
O pregão ... já não conta. -----
Dizem-nos que Valongo entrou na era do 2.0. -----
Mas olhando para este orçamento, permitam-me acrescentar: -----
Valongo 105.391.337 ... ponto zero. -----
Ou, se quisermos ser ainda mais claros: -----
Valongo: 43 rubricas ... com financiamento zero. -----
Este é, infelizmente, um início de ciclo que não começa da melhor maneira. -----
Mas quero também deixar aqui algo muito claro. -----
A freguesia de Valongo não deixará este problema sem resposta. -----
Tal como tem feito ao longo dos anos, estará mais uma vez à altura de procurar resolver, pelos seus próprios meios, aquilo que é uma necessidade urgente da população. -----
Porque esta solução não pode continuar à espera. -----
E quero também dizer isto, de uma forma frontal: -----
Estaremos aqui, sempre, para recordar e cobrar a promessa que foi feita – até ao dia em que seja cumprida. -----
E nesse dia, quando essa promessa finalmente se concretizar, -----
cá estarei também para fazer aquilo que é justo: reconhecer e agradecer. -----
Porque na política, tal como na vida, -----
cumprir a palavra é o mínimo que se exige. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Mário Rui Oliveira Monteiro**, disse que relativamente ao Orçamento e ao estado atual do ponto em que em que vivem, antes de mais, queria salientar a forma como o Orçamento foi apresentado ao Grupo Municipal do CDS, sentiu vontade em explicar o Orçamento pelo que ficaram agradecidos. Por outro lado, o Orçamento é o reflexo daquilo que têm vindo a viver até hoje, não há muito mais a fazer, porque é o resultado dos últimos anos, esse resultado está a trazer o município ao momento em que não precisavam de um valor 2.0, porque precisam de uma revolução. -----
É necessário perceberem que o município no caminho que está a seguir, não vai ter capacidade para cumprir com a Junta de Alfena, a Junta de Sobrado, a Junta de Valongo, a Junta de Ermesinde, porque as receitas estão todas a ser absorvidas, e não estão a criar condições à população. -----
Apelava às capacidades de gestão do senhor Presidente da Câmara, de entendimento e de ouvir, aquilo que foi falado e o sentisse como uma forma construtiva, porque estão no início de um ciclo. -----

O CDS está disponível para aquilo que o executivo precisar, estão disponíveis, mas acreditam que é possível revolucionar Valongo. -----

O Representante do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, **Bruno Miguel Bessa Ascensão**, disse que estão a discutir o primeiro Orçamento do mandato, o momento que marca o início do novo ciclo, definem prioridades e o rumo que querem para o território. -----

A Câmara apresenta um orçamento fortemente condicionado por responsabilidades e compromissos herdados, por obras em curso e por financiamentos externos. Como autarcas de freguesia, não podem olhar para o documento com neutralidade territorial, devem, acima de tudo, defender a freguesia e responder aos seus fregueses. -----

A Junta de Freguesia de Ermesinde tem legitimidade própria, as câmaras e juntas são autarquias diferentes, com papéis complementares e, a Junta de Ermesinde não quer ser um braço operacional do município. -----

Ermesinde, enquanto cidade com mais de 40.000 habitantes, a maior a nível de habitantes, enfrenta diariamente forte pressão sobre o espaço público e os serviços. O investimento previsto deve acompanhar essa dimensão, precisam de melhores ruas e passeios, requalificação de escolas, melhor recolha de resíduos e novas praças. -- Não pedem primazia, pedem proporcionalidade. -----

A questão das transferências financeiras relativamente aos autos de transferências de competências, ponto central do orçamento. Registam com apreço a disponibilidade da Câmara para rever a situação, que foi durante anos injusta. A Junta suportou com receitas próprias a execução de competências transferidas pelo município, na prática, a freguesia financiou a Câmara. -----

Fizeram-no com responsabilidade institucional e por compromisso com a população, mas importa, também, repor a verdade. Não estão perante 20%, como foi divulgado. Solicita, assim, a todos os órgãos de comunicação que corrijam essa informação, porque isso cria perceções e expectativas infundadas nas populações e injustas para as juntas de freguesia. -----

Defendem que as juntas de freguesia devem beneficiar dos mesmos princípios de justiça administrativa que a Câmara aplica a qualquer contrato Público. A atualização deve assentar num critério claro de equidade institucional. Estão preparados para assumir mais competências, haja vontade e o necessário envelope financeiro. Não pedem privilégios, pedem equidade, respeito e responsabilidade. -----

Votará favoravelmente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, com o sentido de responsabilidade institucional e com confiança, num mandato que agora se inicia, é um voto de estabilidade, mas é também um voto de exigência. -----

A Junta de Freguesia de Ermesinde continuará comprometida com o desenvolvimento do concelho, mas não deixará de ser uma voz firme e determinada na defesa dos seus fregueses, porque colaboração não é silêncio e independência não é conforto. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que as exigências que lhe foram colocadas, todas legítimas, gostaria de conseguir cumpri-las todas, mas para isso teriam de ter um Orçamento ilimitado. -----

O Orçamento, apesar de ter um valor grande, 120 milhões de euros, ele está consignado, comprometido, sendo o primeiro Orçamento de um novo ciclo autárquico não põe tudo a zero, há uma continuidade, há obras que estão em curso, financiamentos comunitários, empréstimos bancários, de programas do Governo Central que estão em curso e têm de ser concluídas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Relativamente à intervenção do Membro Rui Abreu, não considera que aumentar a receita de capital e despesa de capital seja negativo, significa investimento. -----

Sobre a STCP, é um custo e estão preparados para absorver os riscos de derrapagem da operação, têm cerca de 2.400.000 euros que estão consignados à STCP e UNIR. -----

Como já disse publicamente considera que o modelo da STCP está errado, o modelo não pode ser assumido integralmente pelos municípios, se a Metro não é e os comboios não o são, porque a STCP tem de ser e não se aceita que é uma transferência de competências do Estado Central para que venha o pacote financeiro. -----

Em relação à intervenção da Membro Sónia Sousa, percebe o que diz, mas existe um conjunto de projetos que estão dependentes de linhas de financiamento que vêm do Estado Central. -----

Disse de seguida que o seu programa eleitoral teve três grandes eixos prioritários: apoiar a classe média; aumento do número de vagas nas creches; criar habitação acessível com rendes que estejam 40% abaixo do mercado; aumentar o número de apoios aos seniores. -----

Quanto ao PPI, ele está consignado para obras que estão em curso e que vão terminar durante este ano, uma ou outra poderá ir para 2027. -----

Relativamente à intervenção do Membro Mário Monteiro, na sua opinião o Orçamento revela muita ambição, agora quando não têm dinheiro carece de financiamento e é isso que estão a fazer. -----

Sobre a intervenção da Presidente de Junta de Sobrado, Ana Lourenço, confia no Governo, na anterior legislatura, sendo agora os mesmos atores, disse que ia haver linhas de financiamento, bem como quatro linhas financeiras para as ruas, habitação, zonas industriais, para a componente não elegível dos fundos comunitários. -----

No caso da habitação acessível pode haver outro modelo que defende um modelo mais privado, desde que as regras sejam definidas pelo Governo Central, tem de haver um regulador, neste momento estão a guardar quais serão as regras para poderem avançar. -----

Quanto à intervenção do Membro, Filipe Rebelo, sobre a redução do IMT, trata-se de uma receita necessária para poderem fazer investimento. -----

Os financiamentos do PPI estão consignados aos fundos comunitários, 10% está consignado a empréstimos bancários. -----

Em relação às intervenções dos presidentes de junta de freguesia, obviamente têm os seus compromissos, que respeita, aliás um dos seus compromissos é dotar as juntas de freguesia de maior capacidade financeira para cumprirem aquilo que são as suas competências. -----

Disse de seguida que foi feita a atualização do valor das transferências para as juntas de freguesia, que não é uma obrigação do município, há muitos municípios que não o fizeram. -----

Sobre a intervenção do Presidente de Junta de Alfena, Arnaldo Soares, inicialmente era para elencar rua a rua, entretanto dado ser muito extenso optou por uma rubrica genérica com dotação definida, para que possam, dentro de cada freguesia tirar de uma rua e colocar noutra. -----

Relativamente à intervenção do Presidente de Junta, Ivo Neves, um conjunto de intenções, todas elas meritórias e importantes, só que não tem cabimento no Orçamento, não tem como ir buscar dinheiro para aquisição de terrenos, pois não pode travar obras que estão em curso e há compromissos assumidos com empresas. -----

Sobre o compromisso que falou em relação ao cemitério, foi um compromisso assumido pelo anterior Presidente de Câmara e a anterior Presidente de Junta de Freguesia de Valongo, não foi um compromisso assumido por ele, foi pena não ter sido, anteriormente, realizado. -----

Disse de seguida que Valongo 2.0 assenta em três eixos principais: turismo de natureza, atraindo unidades hoteleiras e operadores turísticos; criação de uma zona industrial pública, vai haver uma linha de financiamento para isso e captação de jovens para que se possam fixar com toda a dinâmica comercial e empresarial. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à votação o ponto 2.3 - Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026 - Mapa de Pessoal para 2026, tendo sido **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Favor: 14 votos a favor, sendo: 12 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e 1 voto do representante da Junta de Freguesia de Ermesinde. -----

Contra: 2 votos contra, sendo: 1 voto da Presidente de Junta da Freguesia de Sobrado e 1 voto contra do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo. -----

Abstenção: 16 abstenções, sendo: 7 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 4 abstenções do Grupo Municipal do CHEGA, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP; 1 abstenção do Grupo Municipal do IL, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU, 1 abstenção do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Hugo Jorge da Rocha Padilha**, fez a seguinte Declaração de Voto: -----

Declaração de Voto -----

O Orçamento para 2026 é o primeiro deste mandato e constitui, por isso, o instrumento financeiro estruturante de um novo ciclo político, assumindo a ambição de responder a desafios exigentes com uma visão de médio e longo prazo para o concelho, assenta numa ideia simples, mas essencial, a política só faz sentido se for para melhorar a vida das pessoas. -----

Este orçamento dirige o investimento, as opções e as prioridades para os problemas reais dos munícipes e do município, são elas: a educação, a saúde, o apoio social, a habitação, o espaço público e a mobilidade. -----

Atente-se nas Grandes Opções do Plano no reforço de meios para as juntas de freguesia. -----

É um orçamento rigoroso onde existe redução líquida de 49 postos de trabalho e ainda assim o reforço de assistentes operacionais e técnicos para as escolas. -----

Importa referir que a valorização de competências técnicas qualificadas, desde que justificada para prossecução do interesse público, é condição de uma administração moderna, capaz de captar fundos, planejar investimentos complexos e executar projetos estruturantes e não o luxo dispensável. -----

Este orçamento distribui o esforço financeiro por um conjunto vasto de áreas estratégicas. -----

Este é um orçamento ambicioso, mas simultaneamente responsável e realista, que assume as limitações de um contexto em que grande parte da despesa está consignada a compromissos e a financiamentos comunitários e do Estado, sem deixar de apontar caminhos claros para o futuro do concelho. -----

Realismo não é renunciar à transformação, é escolher prioridades, gerir constrangimentos e, ainda assim, não abdicar de investir onde mais se sente a diferença na vida das pessoas, na escola, na saúde, na habitação, no apoio aos seniores, na mobilidade quotidiana, no espaço público de qualidade. -----

Ter a responsabilidade na aprovação de um orçamento é ter diálogo construtivo, é pugnar pela fiscalização e acompanhamento da sua execução, em vez de reduzir a um exercício de distanciamento político sem alternativas concretas enunciadas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Quando o orçamento se articula com um plano estratégico, assenta em transformar um concelho numa referência, criar zona industrial pública para captar investimento e emprego e cativar jovens qualificados, está-se a falar de escolhas que ultrapassam o imediatismo sem esquecer os problemas. -----

Como lembrava Mário Soares, a democracia faz-se todos os dias com paciência, com persistência e com responsabilidade. -----

Uma votação favorável a este orçamento, é precisamente um ato de responsabilidade democrática que não dispensa a crítica, mas recusa o imobilismo. -----

A aprovação deste orçamento não dispensa o escrupuloso cumprimento dos compromissos assumidos, a avaliação permanente da sua execução e a abertura ao aperfeiçoamento das políticas públicas, em diálogo com todos os eleitos e com a sociedade civil. -----

A responsabilidade política e social exige que cada euro gasto corresponda a uma melhoria efetiva na vida dos munícipes, particularmente os mais vulneráveis e que a solidariedade não seja apenas um slogan, mas um critério operativo em todas as decisões conscientes que não há insubstituíveis na vida política, mas sim projetos, equipas e estratégias que se avaliam pelos resultados. -----

Reafirmamos que o essencial é o realismo com que se governam as expectativas e se cumprem as promessas, como dizia António Guterres, governar é escolher, escolher no contexto presente é assumir que a estabilidade, a coesão social e o investimento responsável são mais importantes do que a tentação de transformar o orçamento municipal num palco de mera confortação partidária. -----

Por estas razões, votamos e declaramos que votamos favoravelmente. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Ricardo Filipe Barbosa Moreira**, fez a seguinte Declaração de Voto:
Declaração de Voto -----

O Grupo Municipal do CDS/PP absteve-se. Note-se que se trata este de um orçamento com o qual o Grupo Municipal do CDS/PP tem, naturalmente, os seus problemas. -----

Senão vejamos, o município de Valongo não tem as capacidades de, por si, por verbas próprias, prosseguir uma política autárquica materialmente completa de acordo com aquilo que são as suas atribuições, qualquer obra de média dimensão é, hoje, feita com recurso a financiamento comunitário e para praticamente tudo o resto, é necessário o recurso a financiamento bancário. -----

Num município com as taxas mais elevadas, como discutido numa Assembleia Municipal anterior, não se pode achar natural que para todas as despesas que não sejam despesas de gestão corrente do município, com salários, infraestruturas, entre outras, seja necessário o recurso a financiamentos. -----

O Grupo Municipal do CDS/PP desconfia seriamente que o concelho não teria, ao dia de hoje, política autárquica materialmente dita se não fosse pelo recurso ao financiamento comunitário. Financiamento comunitário esse que, como bem sabe o senhor Presidente e o seu executivo, contém regras exigentes e apertadas em termos de prazos e modos de execução, que não garante certezas, que o município não tenha de vir a assumir despesas com as quais inicialmente não contava. -----

Quando falamos de projetos ou obras que, sem financiamento comunitário não teriam a iniciativa da Câmara, vemos quanto dantescos alguns cenários podem vir a insurgir quanto a nós nesta questão, seremos sempre

coerentes no que respeita a exigir uma administração eficiente e desburocratizada que permita gerir poupança nos bolsos dos contribuintes. -----

Apesar de tudo, porém, as eleições autárquicas ocorreram há pouco mais de 4 meses, entenda por isso, excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, a abstenção do CDS/PP não como um voto de confiança, mas acima de tudo, um voto de boa-fé. -----

Não esquecemos os executivos com maioria do Partido Socialista dos últimos 12 anos, a quem apontámos responsabilidades sobejamente conhecidas, mas entendemos que para bem dos munícipes e perante o cenário atual de fragmentação desta Assembleia, apenas a tentativa de pontes e diálogos poderá permitir a estabilidade almejada para o trabalho de todos. -----

Neste orçamento, destacamos como positivas as verbas destinadas às IPSS, enquanto células essenciais da vida em comunidade e que contarão sempre com o nosso apoio, nunca será certamente pelo Grupo Municipal do CDS/PP que o município não as ajudará. -----

Deixamos, no entanto, o aviso que nos próximos orçamentos, o Grupo Municipal do CDS/PP será mais isento com certas mudanças que considera necessárias e pertinentes em termos orçamentais e de gestão financeira desta autarquia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Augusto Dias**, colocou à votação a aprovação em Minuta das deliberações tomadas tendo sido **aprovado por unanimidade**, dando de seguida por encerrada a sessão. -----

Para constar lavrou-se a presente ata que, depois de devidamente lida e aprovada, será assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente: _____

O 1.º Secretário: _____

A 2.ª Secretária: _____